

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Raquel Aviani/UnB



Finatec, da UnB, foi alvo de investigação há 16 anos

Pântano orçamentário chega às universidades

Há 16 anos, um escândalo envolveu a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), ligada à Universidade de Brasília (UnB). À época, o advogado Melillo Dinis foi uma das pessoas designadas como interventor, enquanto o escândalo descredenciava a fundação junto ao Ministério da Educação. Agora, nova determinação do ministro do Supremo Tribunal Fe-

deral (STF) Flávio Dino no sentido de conferir mais transparência e rastreabilidade às emendas parlamentares ao orçamento põe novamente a Finatec e outras organizações de apoio a universidades no alvo. Melillo agora é integrante do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), um dos autores das ações que questionam as emendas e movem as decisões.

Retorno

“É triste e impressionante que tudo isso retorne de novo”, comenta Melillo ao Correio Político. “É preciso parar esse ciclo sem fim que acontece por essa inexplicável intenção do Congresso em não dar transparência à forma como destina os recursos públicos”.

Finatec

Como interventor na Finatec, Melillo atesta não ter à época encontrado maiores irregularidades na fundação. “Mas veja o enorme prejuízo que esse escândalo anterior causou”, observa. “A insistência em não dar transparência não permite que se separe o joio do trigo”.

Lula Marques/ Agência Brasil



Comissão de Orçamento: MCCE quer responsabilização

MCCE quer identificação do parlamentar

Ainda neste mês de janeiro, o MCCE deverá concluir uma proposta no sentido de vir a obrigar a identificação e a responsabilização do deputado ou senador na destinação da emenda. A ideia é que o parlamentar seja obrigado a colocar o seu CPF como responsável ao fazer a destinação. De modo a que, caso haja ir-

regularidade, ele venha a responder por ela como parte. Em princípio, o MCCE iria se reunir nesta segunda-feira (13), mas o encontro foi adiado em consequência da morte do ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Marcelo Lavennere. Ele foi um dos fundadores do MCCE. Nova reunião será marcada.

Ficha Limpa

O MCCE tem expertise na formulação desse tipo de proposta. A Lei da Ficha Limpa foi um projeto de iniciativa popular proposto pelo MCCE em 1997 e aprovado em 2013. Mais especificamente, de autoria de um de seus integrantes, o ex-juiz eleitoral do Maranhão Márlon Reis.

Rosa Weber

Melillo rebate a ideia de que esteja havendo extrapolação de Flávio Dino nas medidas que vem tomando. “Dino não está fazendo nada fora da decisão original de Rosa Weber”, afirma. Foi ela, hoje aposentada, quem determinou o fim do chamado orçamento secreto.

Ignorou

“O problema é que o Congresso ignorou solenemente a determinação de Rosa Weber. E em parte também o governo”, observa Melillo Dinis. “Foi o fato de a decisão ser solenemente ignorada que fez o MCCE e outras instituições recorrerem ao Supremo”.

Descontrole

Para Melillo, esse é o problema: o descontrole nos mecanismos de repasse dessas verbas públicas. Num nível crescente, cada vez maior. “Não é possível que hoje mais de 70% dos recursos de investimentos de alguns ministérios seja oriundo de emendas parlamentares”.

Novo alvo de Dino é repasse para universidades

Ministro deu prazo de 30 dias para a correção das normas

Por Karoline Cavalcante

Em novo capítulo da queda de braço com o Congresso em torno das questões orçamentárias, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino determinou que o governo federal e os estaduais apresentem, no prazo de 30 dias, normas claras sobre a transparência e rastreabilidade das emendas parlamentares destinadas às universidades e suas fundações de apoio. A medida visa garantir que os repasses de recursos públicos sejam adequadamente monitorados.

A ordem é direcionada ao Ministério da Educação (MEC), à Controladoria-Geral da União (CGU) e à Advocacia-Geral da União (AGU), para que “providenciem, no âmbito de suas competências administrativas, a publicação de normas e/ou orientações para que haja aplicação e prestação de contas adequadas”. Além disso, por simetria, os governos estaduais e o Distrito Federal devem atuar da mesma maneira.

“Há relatos nos autos de que tais fundações, por intermédio de contratações de ONGs [Organizações Não Governamentais] sem critérios objetivos, têm servido como instrumentos para repasses de valores provenientes de emendas parlamentares”, destacou o magistrado, no documento.

O cientista político Rócio Barreto explicou que, caso não haja a rastreabilidade devida dos repasses, os valores poderão ser desviados para finalidades que não deveriam. “Muitas



Antonio Augusto/STF

Dino exige transparência no repasse para ONGs e universidades

vezes, um parlamentar destina emendas para educação superior, mas essa verba acaba nas contas de ONGs que não têm autorização de funcionamento, muito menos transparência de como tal verba foi usada. E isso pode acabar sendo usado em outra finalidade que não seja a educação e afins”, afirmou o especialista.

ONGs

A decisão foi tomada no contexto da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 854, em resposta a petições de fundações de apoio. Isso porque, em 3 de janeiro, Dino também determinou a suspensão temporária do pagamento de emendas a 13 ONGs que não cumpriram os requisitos ne-

cessários de transparência na gestão desses recursos.

Os dados foram acessados devido a um relatório técnico da CGU, que revelou falhas no processo de auditoria de entidades sem fins lucrativos que receberam grandes volumes de emendas parlamentares entre fevereiro e dezembro de 2024. A auditoria mostrou que, entre 26 entidades analisadas, 13 (50%) não oferecem transparência suficiente ou sequer divulgam as informações sobre o uso das emendas. Outras nove (35%) fornecem dados incompletos, enquanto apenas quatro entidades (15%) cumprem os requisitos de transparência de forma adequada, com informações claras e detalhadas.

“Nesse contexto, a ausência ou insuficiência de transparên-

cia ativa dificulta o controle, especialmente o controle social, essencial para a supervisão adequada e a garantia de accountability na aplicação dos recursos públicos”, afirmou Dino, na data.

A CGU agora tem um prazo de 60 dias, contados a partir da decisão, para concluir uma auditoria detalhada sobre essas ONGs. Além disso, o ministro determinou a inscrição dessas entidades nos cadastros de entidades privadas sem fins lucrativos impedidas (CEPIM) e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

No final do ano passado, o ministro determinou a suspensão de 5.449 emendas de comissão, que somam R\$ 4,2 bilhões do orçamento.

Sem Marçal, Lula e Bolsonaro empatam, diz Paraná Pesquisas

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Por Karoline Cavalcante

Em levantamento divulgado pelo Instituto Paraná Pesquisas nesta segunda-feira (13), um cenário sem a participação do influenciador Pablo Marçal (PRTB) mostra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) à frente do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em uma possível disputa pelo Palácio do Planalto nas eleições gerais de 2026.

No cenário estimulado, com os nomes apresentados aos entrevistados e sem a inclusão de Marçal, Bolsonaro lidera com 37,3% das intenções de voto, seguido por Lula, com 34,4%. Na sequência, aparecem Ciro Gomes (PDT) com 11,7%, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil) com 5,4%, e o governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), com 1,4%. Outros 6,2% dos entrevistados afirmaram que votariam em branco ou nulo, enquanto 3,6% não souberam ou não quiseram responder.

Já considerando a participação de Pablo Marçal, como ele já anunciou que fará, a disputa entre Lula e Bolsonaro fica tecnicamente empatada. O presidente Lula obtém 34% das intenções de voto, enquanto Bolsonaro soma 33,9%. Ciro Gomes permanece em terceiro, com 11,3%, seguido por Marçal com 6,1%, Caiado com 4,7% e Barbalho com 1,2%.

Em um cenário espontâneo, quando não são apresentados os nomes aos entrevistados, Lula recebeu 20,1% das inten-



Não há alternativa a Lula dentro do seu campo

ções e Bolsonaro 16,7%, com baixa porcentagem para os demais nomes. Chama a atenção que, no caso, 49,8% dos eleitores não sabem em quem votar.

Inelegível

Jair Bolsonaro está inelegível até 2030 por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que entendeu que o ex-presidente fez a prática de abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação ao atacar, sem provas, o sistema eleitoral brasileiros durante uma reunião com embaixadores estrangeiros em julho de 2022.

A oposição havia depositado suas esperanças na possibilidade de reverter essa inelegibilidade por meio do Projeto

de Lei (PL 2.858/2022), atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados, que concede anistia aos condenados pelos atos antidemocráticos de 8 de janeiro.

De acordo com o cientista político Marco Teixeira, as chances de Bolsonaro reverter sua inelegibilidade até 2026 são nulas e a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) deve ser formalizada com base no inquérito após a Operação Contragolpe da Polícia Federal, complicando ainda mais a situação do ex-presidente.

Sem Bolsonaro e com Lula na disputa, o petista vence em todos os cenários testados e supera a esposa do ex-presidente, Michelle Bolsonaro

(PL), e também os governadores de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e do Paraná, Ratinho Junior (PSD), além do candidato de centro Ciro Gomes.

Em contrapartida, todas as possibilidades analisadas para substituir Lula, dentro da sua base, caso o político não venha como candidato, são superadas pelos opositoristas. Tarcísio surge em primeiro lugar, com 26,6%; Ciro Gomes fica em segundo (23,7%) e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que seria o candidato de Lula, fica em terceiro (18,1%). Um cenário parecido entre Michelle (29,5%) e Haddad (17,9%). Ciro fica entre os dois, com 21,7%.

O único cenário em que Ciro Gomes surge em primeiro lugar (com 27,8%), é caso Bolsonaro apoie Tarcísio (27,8%) e Lula apoie o ministro da Educação, Camilo Santana (6,9%). A presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), Gleisi Hoffmann, é testada, mas também não apresenta um alto desempenho.

Em sua análise, Teixeira sugere que embora a pesquisa indique uma possível vitória de Lula em um cenário sem Bolsonaro, o resultado pode não refletir completamente a realidade eleitoral, já que muitos dos eleitores de Bolsonaro podem não estar cientes de sua inelegibilidade. Além disso, apontou falta de alternativas para a esquerda. “A esquerda não tem outro nome se não marchar com o atual presidente”.